



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0006/06	DATA: 16/1/2006
INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 17h14min	DURAÇÃO: 01h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h59min	PÁGINAS: 57	QUARTOS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MÁRIO NEGROMONTE – Testemunha.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há intervenção fora do microfone. Inaudível. Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 82ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 75ª à 81ª reuniões.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Peço a V.Exa. dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aqueles que forem favoráveis à dispensa da leitura das atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação as atas.

Aqueles que forem pela sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Correspondências recebidas.

Correspondência do Sr. Delúbio Soares informando a impossibilidade de comparecer para prestar esclarecimentos no processo instaurado contra o Deputado Vadão Gomes pela razão alegada anteriormente de já ter prestado todos os esclarecimentos à CPI e à Polícia Federal.

Petição do advogado do Deputado Pedro Corrêa requerendo seja agendada a oitiva do Deputado Nilson Mourão, testemunha do Deputado Pedro Corrêa.

Solicito ao Relator sua opinião.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, com relação à solicitação de oitiva do Deputado Nilson Mourão, já me manifestei no próprio requerimento e, com a permissão dos Conselheiros e de V.Exa., farei a leitura do despacho que dei:

“Discordo do presente requerimento de designação de nova data para a oitiva do depoimento do Deputado Nilson Mourão, do PT do Acre. Registro que, além de o mesmo já ter sido notificado para depor em 2 oportunidades e ter declinado desses convites, o certo é



que a imprescindibilidade ora alegada não se coaduna com a conduta daqueles que se quedam inertes diante do chamamento oficial para relatar a sua versão para este Conselho.

Ademais, a matéria jornalística do dia 13 de janeiro do corrente ano evidenciou o objetivo maior do Representado, que seria de protelar.”

Assim sendo, para que este Conselho não se curve às manobras protelatórias e face às oportunidades já ofertadas ao Representado no sentido de trazer para depor a testemunha por ele arrolada e por este Conselho notificada, registre-se, por 2 oportunidades, sou pelo indeferimento do pedido”.

Peço vênua para juntar a matéria jornalística a que me referi no requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vou colocar o requerimento em votação.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

Concedo a palavra, para discutir, ao Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, ouvi atentamente a leitura do despacho de S.Exa. o Relator. Gostaria que ficasse esclarecido definitivamente para o Conselho que a regra, segundo informações do Presidente do Supremo Tribunal Federal, é a de que, após a testemunha ser convidada 2 vezes para comparecer, e não o fazendo, o Conselho não tome conhecimento de uma terceira hipótese. Resta saber, Sr. Presidente, se a testemunha, à proporção que foi convidada, ou intimidada, ou notificada, e não compareceu, não deu satisfação ao Conselho. Ou ela deu informações ao Conselho da impossibilidade de comparecer? Ou não quis ou não quer comparecer? O que ele disse no seu despacho: se ele deu alguma informação ou não deu informação. Se ele não deu informação, se ele não deu resposta ao Conselho, parece-me que prevalece o que disse o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Se ele deu satisfação, é bom que façamos uma análise da informação prestada pela testemunha. Porque, muitas vezes, eu o notifico para amanhã; ele já tem um outro compromisso para amanhã e comunica que não terá



possibilidade de comparecer amanhã, mas que comparecerá em uma outra data. Coincidentemente, pode ter havido esse tipo de informação por parte da testemunha.

Para que amanhã nós não tenhamos uma demanda jurídica fora do Conselho, gostaria de chamar a atenção para este ponto e indagar ao nobre Relator se verificou se realmente a testemunha não quer comparecer ou se as informações que prestou em resposta às intimações não tiveram razão no propósito de não dar atenção ao Conselho.

Era a observação que eu desejaria fazer, a fim de que não cometêssemos aqui um equívoco que amanhã nos obrigasse a ouvir a testemunha, considerando que ela justificou as razões por que não pôde comparecer no momento da intimação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini para discutir. Posteriormente, o Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, acompanho integralmente a manifestação do ilustre Relator, em que pese saber se a testemunha deixou de comparecer justificando ou não, até porque, me recordo bem, trata-se de um diálogo mantido entre dirigentes do PP, mais o Deputado Ronivon e a bancada do Acre. O Senador Sibá Machado já esteve aqui e prestou os esclarecimentos sobre o ocorrido naquela reunião.

Portanto, penso que é totalmente dispensável e acredito que o Deputado Nilson Mourão não iria agregar elementos outros senão aqueles já trazidos ao Conselho pelo Senador Sibá.

Por outro lado, vejo com muita preocupação a proposta do ilustre Deputado Benedito de Lira, porque pode virar moda no Conselho as pessoas notificadas a comparecer começarem a dizer que naquele dia já têm uma agenda; no próximo dia, têm outra agenda; no outro dia, outra agenda, e aí nunca vamos completar as 2 notificações. Se é uma testemunha imprescindível, à época, o Deputado Pedro Corrêa deveria tê-la procurado. Até porque eu conversei pessoalmente com o Deputado Nilson Mourão, que sequer sabia que tinha sido arrolado nos autos.



Portanto, se fosse tão imprescindível quanto se alega, à época o Deputado Pedro Corrêa deveria tê-lo procurado e argumentado com ele, inclusive dizendo da importância, da necessidade do seu comparecimento ao Conselho para ajudar na elucidação dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma colocação. Com todo o respeito ao Deputado Benedito de Lira, que me antecedeu, nós não temos um regramento do Supremo Tribunal Federal a partir da fala do Presidente. Felizmente não temos essa total dependência. Temos que tomar muito cuidado, efetivamente, é para não impedirmos que a parte venha com as suas testemunhas a cada momento. Mas, se reiteradamente intimada, a testemunha não atende, a responsabilidade de trazê-la é de quem está aqui respondendo a processo. Ele é que deve trazer a testemunha. Agora, se ele não traz a testemunha, jamais, acredito, podemos ter alguma ação, mesmo no Supremo Tribunal Federal, que venha a anular as nossas atividades.

Por isso, estou com o Relator. Se S.Exa. entende desnecessária a oitiva da testemunha — pelo que consta, a própria testemunha está dizendo que nós teríamos uma prova emprestada, que poderíamos usar, se fosse o caso —, fico com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, quero me solidarizar com o Deputado Carlos Sampaio e acompanho o seu voto.

Às vezes há excesso de preocupação com essas filigranas jurídicas. Se consultarmos nossos Anais, nossas atas, veremos que já se citou aqui algumas dezenas de vezes o Meritíssimo Juiz Dr. Nelson Jobim. Então, acho que há um excesso de preocupação nesse sentido. S.Exa. não vai interferir no Conselho de Ética e, com certeza, nós não vamos desrespeitar a Constituição. Eu acho que está havendo um excesso de zelo. E, daí, às vezes, a cobrança, nobre Deputado Nelson Trad, quando alguém nos acusa de protelar.



Eu entendo a cautela para que amanhã não seja alegado cerceamento de defesa, mas são medidas meramente protelatórias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, só uma informação do Sr. Relator. O Deputado Nilson Mourão está sendo convidado para vir depor na qualidade de testemunha do Relator ou de testemunha do Representado?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, inicialmente gostaria de agradecer as ponderações feitas pelos Deputados Marcelo Ortiz, Orlando Fantazzini e Edmar Moreira e dizer que respeito e compreendo a preocupação do Deputado Benedito de Lira. A primeira vez que ele declinou do convite, ele o fez por telefone, em que pese ter sido notificado oficialmente, dizendo que não teria condições de vir naquela data. Na segunda oportunidade, oficiou dizendo que também tinha compromissos anteriores e que, portanto, não poderia comparecer.

Então foram 2 motivações sequer evidenciadas no que seria motivo maior para o não-comparecimento. Simplesmente ficou restrita a essa frase: “*em razão de compromissos anteriormente assumidos*”. E eu me permito chegar à mesma conclusão do Deputado Orlando Fantazzini de que é evidente que não podemos antever aquilo que a testemunha vai falar. Mas, ao que tudo indica, ela viria falar sobre a tal reunião ocorrida com o Senador Sibá Machado e membros do PP, em que se buscou um acordo no sentido de se evitar uma crise maior do PT do Acre com o PP — Partido Progressista do Acre. E isso foi mais do que verificado, isso foi mais do que elucidado na fala do Senador Sibá Machado.

Volto a dizer: não posso me antecipar no sentido de dizer se era isso que ela iria falar. Mas não vejo outra razão, em razão do contexto probatório, que não fosse essa.

Por essa razão e por ser praxe neste Conselho as 2 notificações e também o entendimento da nossa Corte maior, eu realmente propus o indeferimento e entendo que seria o melhor para que não ficássemos à mercê dessa ou daquela testemunha, desse ou daquele representado. Mas compreendo e sei que a preocupação de S.Exa. é saudável.



O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, só para dar alguns esclarecimentos a respeito dessa prática. Temos dito aqui que isso é uma orientação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas a gente pode atender a isso ou pode não atender, deve ou não deve, até porque não é uma decisão. O Presidente do Supremo não decidiu, ele apenas — vamos admitir assim — pode até ter aconselhado, orientado, mas não é uma decisão. A prática, por exemplo, de 2 notificações também não tem sido muito evidenciada no Conselho, até porque o Deputado Orlando Fantazzini, por exemplo, que é Relator de um processo e já convidou algumas testemunhas 3, 4 ou 5 vezes, e insiste, mas as testemunhas têm dito que não comparecem porque já deram informações. Mas ele insiste na tese de que deverá ouvir, por exemplo, o Deputado Tuma. Ele insiste na tese de que deverá ouvir esse que agora deu a informação de que não poderia comparecer e tal. A prática talvez seja a partir de alguns dias para cá. Eu não sei se o eminente Deputado Orlando Fantazzini ainda vai insistir na tese de tentar ouvir essas testemunhas que tem convidado e que não têm comparecido por razões que elas próprias justificam, mas que já foram notificadas 3 ou 4 vezes algumas testemunhas do processo de que S.Exa. é Relator. Então, não é uma praxe. Agora, está se estabelecendo uma regra, uma regra dos últimos dias para cá.

Eram as informações que queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Gostaria de responder a V.Exa. que essa regra tomamos a partir da nossa visita ao Supremo. Foram comigo os Deputados Nelson Trad e Jairo Carneiro. Foi um aconselhamento do Supremo para nós acompanharmos o que existe no Código de Processo Militar. São 2 notificações. Então, a partir desse momento foi que começamos a usar essa praxe.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, gostaria que a Secretaria da Comissão certificasse quantas vezes, no processo do Deputado Pedro Henry, o Deputado Janene já foi notificado e o Deputado Robson Tuma, para esclarecer este Conselho e para não pairar nenhuma dúvida de que estamos fazendo procrastinação. O Deputado Benedito de Lira fez uma afirmação e gostaria que fosse certificado, para não ficar no zunzum, porque tenho muito medo do boato. O fato não me preocupa, mas o boato me preocupa muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos verificar isso com a Secretaria, Deputado.

O DR. MARCELO LEAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Dr. Marcelo Leal, advogado do Deputado Pedro Corrêa.

O DR. MARCELO LEAL - Sr. Presidente, foi afirmado pelo nobre Relator que o Deputado Nilson Mourão teria sido intimado em 2 oportunidades. Inclusive, alguns Deputados disseram que se realmente fosse interesse do Deputado Pedro Corrêa ele deveria fazer com que... diligenciar no sentido de que o Deputado comparecesse quando chamado. No entanto, parece-me que houve uma única intimação do Deputado Pedro Corrêa, o que impediria que ele o fizesse. Em que pese o Deputado Nilson Mourão ter — gostaria que fosse confirmado isso nos autos — sido intimado em 2 oportunidades, quer-me parecer que o Deputado Pedro Corrêa só teria sido intimado de uma delas, de maneira que não teria como, na segunda oportunidade, diligenciar para que o Deputado comparecesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Pedro Corrêa não está sendo intimado em momento algum, quer dizer, foi uma sugestão desta Presidência que ele nos ajudasse a trazer a testemunha. E foi a partir da nossa ida ao Supremo que isso aconteceu. Depois nós vamos verificar também na Secretaria, por favor.

Srs. Deputados, vou colocar em votação a sugestão do Relator, Deputado Carlos Sampaio.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só para consignar, Sr. Presidente, que a aprovação se deu por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por unanimidade.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Deputado Mário Negromonte. Comunico também que está presente o Dr. Marcelo Leal, advogado do Deputado Pedro Corrêa.

O Deputado Mário Negromonte assinou termo de compromisso nos seguintes termos:

“Nos termos do artigo 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 13, de 2005, Representação 50, de 2005, instalados contra o Deputado Pedro Corrêa. Sala de Reuniões, em 16 de janeiro de 2006. Deputado Mário Sílvio Mendes Negromonte”.

O documento já foi assinado.

Peço atenção aos Srs. Deputados para as normas estabelecidas pelo Regulamento do Conselho de Ética.

Inicialmente o Relator fará uso da palavra e fará perguntas ao Deputado Mário Negromonte. Posteriormente, darei a palavra ao Dr. Marcelo Leal para, se quiser, fazer suas perguntas. Em seguida, aos Deputados inscritos para falar.

Com a palavra, inicialmente o Relator, Deputado Carlos Sampaio.

A lista já está com os senhores? Peço à Secretaria que providencie, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, nobres Conselheiros, senhor depoente, Deputado Mário Negromonte, a quem agradeço a presença, gostaria, inicialmente, até por ser praxe nesta Casa, que V.Exa. se qualificasse no sentido de nos declinar seu nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Mário Sílvio Mendes Negromonte, advogado, residente em Salvador, Bahia, Rua Artesão João da Prata, 267, apartamento 801. O que mais, Relator?



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor poderia nos descrever a sua trajetória no PP, quando V.Exa. teria ingressado no Partido Progressista e que cargos acabou ocupando com relação à Executiva Nacional ou mesmo à Estadual?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Fui fundador do PSDB na Bahia, e quem abonou minha ficha de filiação foi o ex-Governador Mário Covas, de forma que nós tivemos um impasse político regional e até foi uma coisa muito aguerrida, porque o Presidente Fernando Henrique gostaria que nós apoiássemos Luís Eduardo na Bahia, onde éramos oposição, e, de repente, tivemos de fazer uma composição. Depois da morte... aí gerou novo impasse na briga regional, e nós tivemos que sair, optamos pela saída, e foi justamente aí que fui buscar...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso foi em que ano?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso foi em 98. Eu disputei já... esse é o segundo mandato que eu dispufo, o primeiro foi pelo PSDB e os 2 mandatos... Tenho 3 mandatos: Deputado Estadual, fui Secretário de Transportes em Salvador, e 3 mandatos de Deputado Federal, o primeiro pelo PSDB e 2 pelo PP.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E, dentro do PP, V.Exa. ocupou algum cargo em nível estadual nesses anos?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Eu fui Vice-Presidente regional e sou o atual Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E dentro da Executiva Nacional?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Sou Vice-Presidente, sou um dos Vice-Presidentes.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Um dos Vice-Presidentes?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - É.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. acompanhou, ou sabe como se desenrolaram, na verdade, as negociações para que o PP se incorporasse à base de sustentação do atual Governo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Eu não acompanhei. Eu acompanhei de longe. Quem tinha autorização para fazer essa negociação política era o Líder, Deputado Pedro Henry, na época, o Deputado Pedro Corrêa e o Deputado José Janene.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu vou ler para V.Exa. um trecho da defesa elaborada pelo Deputado Pedro Corrêa. O seu advogado, em dado momento, na sua petição, diz o seguinte:

“O único envolvimento do acusado” — no caso o Deputado Pedro Corrêa — “no recebimento de recursos repassados pelo Partido dos Trabalhadores, diz respeito ao acordo político realizado entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Progressista. No início do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, diversas reuniões foram realizadas entre a cúpula do Partido Progressista e do Partido dos Trabalhadores, visando formalizar aliança para a formação da base de sustentação do Governo Federal”.

E daí ele faz 2 outros parágrafos onde ele diz que o Deputado Ronivon enfrentava problemas. E daí ele continua:

“Entre as diversas negociações políticas havidas com o Partido dos Trabalhadores, restou acertado que este ajudaria no pagamento de tal encargo, já que muitas das ações teriam sido geradas pelo embate político havido com o próprio Partido dos Trabalhadores a nível regional”.

V.Exa. tem ciência se os fatos assim se desenrolaram, mesmo por ouvir dizer?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Na realidade... O senhor fala da questão com o Sibá Machado lá no Acre, é isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na verdade ele refere que, dentre as negociações feitas para incorporação da base, na própria base política, uma das questões colocadas à mesa, restou acertado, nos termos dele, que este, o Partido dos Trabalhadores, ajudaria no pagamento de tal encargo, já que muitas das ações feitas contra o Deputado Ronivon foram feitas ou instigadas pelo próprio PT.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Eu não acredito que isso fez parte da negociação. Existiu negociação política em diversos Estados em termos de



cargos regionais, em termos de cargos nacionais, mas deixar claro que existia uma pendenga jurídica para que isso fosse resolvido, não. O que eu entendo e acompanhei é que a Executiva autorizou o Deputado José Janene a ir buscar ajuda junto a empresas, empresários para saldar essa dívida jurídica com o advogado do Deputado Ronivon Santiago. Mas que isso fez parte da negociação com o PT, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quando V.Exa. se refere a “*a Executiva autorizou o Deputado Janene*”, eu me recordo, se não me engano, era o Deputado Orlando Fantazzini que indagava do Deputado Pedro Corrêa quem eram essas pessoas, e ele disse expressamente que eram 3. Quem na verdade participou disso foi o Deputado Janene, o Deputado Pedro Corrêa e o Deputado Pedro Henry. Era isso mesmo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. não participou, digamos assim, dessa decisão?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor conhece o Sr. João Cláudio Genu?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Conheço.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor teve ciência de que ele era o responsável pelo recebimento dos saques que eram feitos no Banco Rural?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Tive, sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor teve na data específica ou posteriormente o senhor soube em razão de conversas na própria Liderança no partido, ou a cada dia que se fazia o saque V.Exa. era comunicado?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, não, cada dia, não. Eu tenho conhecimento de que ele era assessor, trabalhava com o Deputado Janene, e o Deputado Janene era quem estava autorizado para fazer esses contatos, não só com o PT, mas com alguns empresários que pudessem ajudar, dar contribuição. E o Genu trabalhava... na época, era assessor do Deputado José Janene, e depois veio trabalhar na Liderança. Mas essa questão de acompanhar o dia, a hora, isso aí, não.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. tinha conhecimento se ele levava esses recursos para o 17º andar do Anexo I do Senado, entregando lá ao Sr. Barbosa e, posteriormente, ao Sr. Valmir?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Esse detalhe, não, mas nós sabíamos que ele estava com o encargo de buscar o recurso para, justamente, saldar essa dívida.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Me parece que o PP enfrentou alguns problemas com relação a suas contas e com relação ao fundo partidário. V.Exa. tem conhecimento disso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Sim, nós temos, sofríamos execuções e vivíamos com oficiais de Justiça à nossa porta. Mas, graças a Deus, depois que li os jornais nesta semana e vi diversos partidos devendo à União, e não estamos lá, nossas dívidas são pequenas, e estamos tentando saldá-las com muito sacrifício, e esse é um dos sacrifícios, porque, na época, qualquer partido aqui receberia ajuda do PT. O PT era um partido, na época, que não tinha problema ético, moral, quer dizer, vivia no cenário nacional, e todo mundo aplaudia, ficava de joelho para o PT. Mas depois que houve esse problema, quer dizer, o PT é o vilão da história. Então, existia, nós éramos aliados, quer dizer, o Deputado José Janene tinha tratativas com o Delúbio Soares, e foi o Delúbio que conseguiu. E pensávamos e achávamos que esse dinheiro era lícito e que ia ter recibo no futuro. Porque, se não tivesse, jamais a Executiva Nacional do partido iria orientar para receber tal ajuda.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa., na verdade, acompanha o que fora dito pelo Deputado Pedro Corrêa, porque ele afirmou textualmente que não tinha a menor dúvida de que esse dinheiro era do PT. Ele até usou um termo, se me recordo, que *“o PT estava com as burras cheias”* e que tinha absoluta convicção de que esse dinheiro provinha do PT e não, portanto, de origem ilícita. V.Exa. também tinha certeza que vinha do PT?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Eu não posso ter o mesmo pensamento do Deputado Pedro Corrêa. Ele tinha certeza. Eu achava que poderia vir de uma empresa que o PT tinha conseguido para fazer a doação e, depois,



posteriormente, fazer a prova do recibo etc. Quer dizer, não posso... Quer dizer, o Deputado tinha essa convicção, o Pedro Corrêa tinha essa convicção, eu não tinha.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas V.Exa. tem conhecimento de que ele tinha essa convicção?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Agora é que eu tenho conhecimento de que realmente veio do PT.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na verdade vinha do Sr. Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Na época, não. Na época, achava que o Deputado Janene estava em busca de ajuda com empresa, enfim, com o PT. Não sabia que o dinheiro era carimbado do PT na época. Agora é que vim a tomar conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. sabia, pelo menos, do entendimento do Deputado Pedro Corrêa à época. Quer dizer, V.Exa. tinha conhecimento de que ele tinha convicção plena de que esse dinheiro era do PT?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Ah! Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sabia disso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Sabia.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Aí vai uma outra indagação a V.Exa. porque eu nunca compreendi essa questão: se eu sei que determinado dinheiro vem do PT, não tenho dúvidas, e o partido me fez uma doação, por que é que não dou o recibo dessa doação? Veja, não se trata do inverso. Vamos esperar quem vai dar o dinheiro para, daí, sabermos para quem nós damos o recibo. Inexistia dúvida para o Presidente Nacional do PP sobre a origem do dinheiro. A origem era do PT. Se a origem era do PT, doação de partido para partido, o que é o normal? Levar a registro. Não entendo o porquê de não se ter levado a registro. V.Exa., suponhamos que estivesse na condição de Presidente, eu entenderia plenamente, porque V.Exa. tinha essa dúvida. Agora, o Deputado Pedro Corrêa, enquanto Presidente, não tinha essa dúvida. Ele tinha plena convicção, e afirmou em vários trechos do seu depoimento que ele tinha certeza de que esse dinheiro era do PT. Daí a pergunta: por que ele não tomou cuidado de registrar ou, obviamente, na condição de Presidente, determinar que alguém o fizesse?



O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Olha, o Deputado tem essa convicção porque ele estava no dia-a-dia, ele conhecia de perto todo o processo. A Executiva do PT autorizou o Deputado Janene a conseguir recursos para o pagamento do Dr. Paulo Goyaz. Então, estava autorizado pela Executiva. O Deputado Pedro Corrêa apenas era avisado de que se ia buscar o recurso. Quer dizer, ele tinha essa convicção e sabia o seguinte: bom, quem está fazendo a doação? É o tesoureiro do partido do PT. Quer dizer, quem podia gerar dúvida naquela época? Ninguém podia gerar dúvida. Quer dizer, se não fosse o Delúbio, iam dizer: bom, não é do PT, mas é de uma origem, de uma fonte segura, nós estamos aqui, vamos dar o recibo, é de uma empresa tal que nos está ajudando. Enfim, nós pensávamos tudo isso. Não sabíamos que não tinha... Se fosse de forma ilícita jamais teríamos aceitado ou a Executiva daria ordem para aceitar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Uma última indagação: como é que V.Exa. vê, enquanto membro do Partido Progressista — PP o fato de que o PT do Acre insinua que um determinado Deputado teria usado procedimentos ilícitos e, portanto, fraudado um pleito eleitoral? Insinua, instiga e aciona. Evidentemente, aciona o Ministério Público, para que o Ministério Público acione, porque ele é o titular da ação. Então, diante desse proceder do PT local do Acre, como é que V.Exa. vê o PT do Acre entendendo o Deputado Ronivon como um — na posição do PT do Acre, que fique bastante claro isso — fraudador, se vem o PT nacional e dá recursos para que se defenda esse que o PT do Acre disse que fraudou as eleições? Como V.Exa. vê isso? Vê como uma incoerência do Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não. Acho que o PT é muito confuso, não é? O PT tem umas 7 facções, então cada facção pensa uma coisa. Tenho certeza de que em nível nacional o PT queria aliança conosco e não queria criar problema. Era esse o pensamento. E lá, local, queria criar problema, quer dizer, nós entendemos dessa forma e tentamos buscar... E, é importante que se diga, na reunião com o Senador Sibá Machado não foram tratados assuntos financeiros. É bom deixar claro aqui que foi tratado assunto político regional.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso focou claro para mim, inclusive eu fiz uma colocação e depois fui me certificar, porque eu tive impressão, porque



não estava com os autos em mãos no dia, que se abordou também essa questão dos recursos, e me certifiquei de que, de fato, em momento algum o Deputado Pedro Corrêa ou qualquer um dos participantes da reunião tocou nesse assunto. Buscaram realmente harmonizar os partidos.

Eu me dou por satisfeito e, Deputado Negromonte, muito obrigado pela compreensão e pela ajuda de V.Exa. .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu pergunto ao Dr. Marcelo Leal se quer fazer alguma pergunta ao Deputado Mário Negromonte.

O SR. MARCELO LEAL - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, uma das principais preocupações que, quer me parecer, foi trazida a este Conselho a partir do relatório parcial da CPMI dos Correios, diz respeito à liberação de recursos para que o partido votasse de acordo com o alinhamento do Governo. Eu gostaria de perguntar ao Deputado Mário Negromonte se o PP, enquanto um partido que possui somente Deputados na sua base, costuma se reunir antes de uma votação importante, se discute isso, se possui, inclusive, registros dessa reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O Dr. Marcelo Leal me traz aqui à lembrança algo que já ia passar despercebido, até porque foi registrado na minha justificativa. Eu disse que tinha fatos relevantes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exato.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - ... para trazer aqui a esse Conselho. O fato relevante é o seguinte: a imprensa, alguns setores aqui...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Pela ordem, Sr. Presidente. Se são fatos relevantes, eu gostaria, Sr. Presidente, que o nobre Relator pudesse prestar atenção, por favor .

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Peço escusas.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O nosso partido foi acusado de ter crescido e cresceu... nós elegemos 49, e passou para 54. Depois, eu tenho aqui a evolução do crescimento comparado ao de outros partidos, e também nas votações. Então — e nós tivemos o cuidado, nós relacionamos —, em todas as votações — é importante que se diga aqui —, em praticamente todas as votações de 2003, 2004 e 2005, nós reuníamos a bancada para discutir a votação. E aqui eu



trago as notas taquigráficas de todas as reuniões que, adredemente, antecediam as votações. O Líder Pedro Henry indicava um relator para esse relator vir externar, vir expor o seu pensamento; em cada matéria — financeira, econômica, política —, era designado um relator, e nós discutíamos como iríamos votar. Ora, se existisse pagamento a Deputados, não se iria reunir nunca, seria ordem unida: vamos votar e acabou. Aqui, não. Está aqui, e eu faço questão, inclusive, se o Presidente me deixar, eu posso até ler uma dessas notas taquigráficas. Está aqui toda ...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir e o nobre Deputado também me permitir, não há necessidade da leitura, pode ser feita a juntada, mas eu tenho para mim que o fato de ter ou não acompanhado o Governo não será o motivo determinante desta Relatoria. Então, por essa razão, eu pediria que V.Exa. juntasse, até para que se confirmasse aquilo que o Deputado Pedro Corrêa já havia dito. Então, eu agradeceria se V.Exa. juntasse, mas eu creio que não há necessidade da leitura, uma vez que não deverá ser o foco, o objetivo maior desta Relatoria.

Eu aproveito a oportunidade para deixar clara uma coisa que acho importante: o Deputado Pedro Corrêa... Em nenhum momento dos autos se pode dizer que ele utilizou para si esse dinheiro, se foi fruto de caixa 2 da campanha dele, em momento algum isso foi levantado por mim ou por quem quer que seja. E as provas, pelo menos as que estão nos autos — e *quod non est in actis, non est in mundo*, o que não está nos autos, não está no mundo —, não são nesse sentido. Portanto, o enfoque é outro, e é por essa razão que eu pediria que V.Exa. juntasse, mas que não fosse necessária a leitura.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Está bom, eu vou atender à solicitação de V.Exa., e isso aqui é justamente a prova cabal, a prova inconteste de que não houve nenhuma negociação financeira ou econômica para que se votasse as matérias que o Governo tinha interesse, porque muitas delas nós votamos contra. Então, eu vou fazer a juntada do processo. E quero dizer também o seguinte, Deputado Carlos Sampaio: não houve... V.Exa. talvez — eu já ouvi nos jornais — queira adentrar justamente no relatório e dizer que houve um relacionamento promíscuo, espúrio. Eu entendo promíscuo e espúrio se na realidade nós tivéssemos conhecimento de que era um acordo ilícito, se nós fôssemos receber



esses recursos de forma ilícita. Se fosse ilícito, jamais a Executiva daria autorização para receber. Promíscuo se fosse todo dia, todo mês, todo ano, enfim, foram 3 repasses que nós achávamos que iam ter recibo, que iam justificar. A prova é que a Executiva reuniu e delegou e deu a chancela. Ora, se o Pedro Corrêa tem culpa no cartório, a Executiva tem que ter a culpa no cartório porque deu a chancela ao Deputado Pedro Corrêa. Essa que é a grande verdade, então, a culpa toda é da Executiva, que chancelou o Deputado Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu só queria fazer uma colocação a V.Exa.: o termo "*promíscuo*" foi utilizado em alguns jornais, mas eu sempre me referi à busca de uma transparência numa relação até então obscura. Então, eu nunca utilizei e nunca saiu entre aspas o termo "*promiscuidade*" da minha fala, tão-somente uma relação obscura que precisava vir à luz e aí a razão dos depoimentos, aí a razão de ficarmos aqui ao longo desse período compilando todas as provas até para buscar a razão de ser dessa obscuridade e nunca promiscuidade. Só queria deixar claro que esse termo eu também li em alguns veículos de comunicação, mas não foi dito por mim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Creio, Sr. Presidente, que, para aproveitar a fala do nobre Deputado Mário Negromonte, seria importante que ele logo desse conhecimento ao Plenário de todos os fatos relevantes que apontou na sua correspondência justificando a impossibilidade do comparecimento. Acho que já seria o momento adequado para que pudesse anunciar todos os fatos relevantes. E outro ponto seria a chancela a que ele se refere: como é que aconteceu essa chancela da Executiva, para conhecimento do Plenário.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Primeiro, o seguinte: nós temos uma ata da Executiva autorizando inclusive o recolhimento do Imposto de Renda do advogado. A Executiva recolhe o Imposto de Renda, e a chancela... A Executiva é o seguinte: a Executiva é composta, Deputado Jairo Carneiro, dos Deputados Federais, quer dizer, sempre estava reunida na Liderança a maioria dos Deputados



Federais e nós sabíamos disse. Tem o seguinte: hoje, como o PT está leproso, ninguém jamais receberia ajuda do PT, mas, na época, qualquer cristão receberia, qualquer partido receberia ajuda quer oficial, como nós sabíamos que... Qualquer partido... ninguém levante e diga que não, qualquer partido receberia, porque era um partido da credibilidade, da ética e da moral. Hoje, mais não. Mas na época qualquer partido receberia, era uma coisa natural, normal, receberia... e nós sabíamos que ia ter o recibo, nós sabíamos que ia ter o recibo. Se fosse ilícito, jamais receberíamos. Jamais.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe, eu não gostaria de ficar ocupando o espaço dos demais colegas, mas será importante que V.Exa. declare o seguinte: houve reunião da Executiva, existe ata autorizando o Presidente a buscar recursos financeiros junto ao PT ou a qualquer outra organização para custear as despesas do advogado?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, ata não houve. Ata não houve. Houve uma ata da reunião dando, autorizando, dando autorização para que fosse recolhido o Imposto de Renda. Agora, eram reuniões informais, como volto a falar. Eram reuniões informais, vamos dizer, a bancada se reunia na própria Liderança, e nós sabíamos e dávamos uma autorização praticamente informal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Marcelo Leal, mais alguma pergunta?

O SR. MARCELO LEAL - Não, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Deputado Mário Negromonte, nosso companheiro, vou ser bastante rápido e objetivo, até porque acho que o Relator foi bastante completo nas suas indagações. E nós temos apenas algumas dúvidas que eu gostaria de tirar com o companheiro Deputado Negromonte. V.Exa. sabe quem indicou o Sr. Delúbio Soares para fazer ... para o Deputado Janene? A Executiva, conforme foi perguntado pelo Deputado Jairo, deliberou que o Deputado Janene teria prerrogativa. V.Exa. sabe quem indicou o Delúbio para fazer essas tratativas com o PP?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, Deputado.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não tem conhecimento?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, nenhum.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A bancada, como se reuniu várias vezes para decidir as votações e também se reuniu várias vezes até para delegar que todos os Deputados — e não tomo conhecimento por V.Exa., eu já sabia também — que fazem parte da Executiva, mas a bancada também participou da... teve alguma reunião da bancada em que foi deliberado que o PP faria negociações no sentido de ter um aporte de recursos para pagar o advogado do Deputado Ronivon Santiago? Isso foi deliberado pela bancada?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Ah, todo mundo sabia que o Deputado Ronivon estava numa situação difícil e que o partido não tinha recursos para pagar. Toda a bancada praticamente sabia que ele vivia numa situação muito delicada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas houve reunião para isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - É isso, vou responder a mesma coisa do Deputado Jairo Carneiro. Quer dizer, nós nos reunimos na Liderança, quer dizer, o lugar de reunir a Executiva é no 17º andar. Mas era na Liderança, como a gente estava do plenário para a Liderança, sempre discutia na Liderança. Não era uma reunião formal, mas tínhamos reuniões informais, e todos tinham conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, V.Exa. afirma que os Deputados do PP tinham conhecimento que o PP, o Partido Progressista, estava fazendo tratativas no sentido de levantar recursos para pagar o advogado do Deputado Ronivon?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O restante dos Deputados sabiam disso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E V.Exa. participou de alguma dessas reuniões?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Participei, na Liderança, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Na Liderança?



O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - É.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quem estava presente? V.Exa. se recorda?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - A maioria dos Deputados, a grande maioria dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. participou de alguma reunião com o advogado do caso do Ronivon?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Já participei, o Paulo Goyaz. Eu estava na liderança, certa feita, e o advogado Paulo Goyaz fez uma exposição de como estava o processo do Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. se recorda de quem estava nesta reunião?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Ah, tinha diversos Deputados: Deputado Pedro Corrêa, Deputado... Eu não quero citar nomes, porque daqui a pouco eu esqueço um e acrescento quem não estava. Mas tinha diversos Deputados.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Tinha mais do que o Pedro Corrêa, o Janene e V.Exa., por exemplo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Tinha, sim; tinha, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não era uma reunião de 3 Deputados?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, não. Eram de mais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Uma reunião reservada de 2, 3 Parlamentares não foi o caso.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Na Liderança, vai chegando Deputado, senta, fica ouvindo a conversa e vai trocando idéia, vai tomando conhecimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em que o Dr. Paulo Goyaz estava fazendo exposição...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso, da questão, da situação jurídica do processo dele.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Agradeço, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Mário, por ser Relatora do caso Janene, que acaba sendo citado, ou como solicitação de testemunha ou como membro do partido, vira e mexe sai o nome do Janene, eu vou aproveitar o seu depoimento também para pegar alguns esclarecimentos. O senhor falou aqui — e eu vou procurar ser rápida para não ficar repetindo algumas coisas que foram já faladas — que o Janene foi autorizado pela Executiva do partido para negociar com o PP. É isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Foi a Executiva que autorizou ele buscar recursos, ajuda financeira, para pagar o advogado, Dr. Paulo Goyaz.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Especificamente para pagar o advogado?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E essa autorização foi feita nessas reuniões informais de que o senhor está falando?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O pagamento da defesa do Deputado Ronivon, mais ou menos 900 mil, conforme o Dr. Paulo Goyaz falou... Entretanto, num relatório preliminar, a CPMI coloca que o Genu teria recebido muito mais. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Eu vi pelos jornais e pelo... mas prova não tem nenhuma.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não tem conhecimento do montante total?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O partido assume os 700 mil, o resto, não. O resto é filme de ficção.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Dos recursos repassados para o Genu o senhor não tem conhecimento?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Setecentos mil, o resto não consta, foi invenção, enfim, do partido, não.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor participou de alguma negociação tanto com o Janene como com o Pedro Corrêa nesse processo do PP? Ou só ficou sabendo que tinha?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, participei.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E é testemunha que só se tratou da questão do Paulo Goyaz?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Só Paulo Goyaz.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor acha correto, não só por ser do PP, que um partido assuma os custos do advogado de um Deputado que está sendo processado?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Deputada, o Partido Progressista é uma família, quer dizer, cada um toma as dores do outro. Se o outro está numa situação difícil, ele procura ajudá-lo. Por exemplo, vamos fazer aqui um juízo de valor: o partido é mais sensível a pagar um advogado para defender o mandato de um companheiro do que pagar eventos promocionais. Não quero aqui fazer nem um juízo de valor. Tem partido que prefere pagar eventos promocionais e tal para os Deputados. Então, o Partido Progressista acha de maior valor salvar tentar salvar o mandato de um Deputado, de um companheiro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor confirma — já foi perguntado aqui, mas quero que o senhor confirme — que os demais Deputados do PP tinham conhecimento dessas negociações, do recebimento de recursos do partido para o pagamento do Paulo Goyaz. O senhor confirma isso aí?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Confirmo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Voltando àquela reunião que foi feita com o Senador Sibá, o senhor estava presente?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Tomei conhecimento que houve tratativas tão-somente políticas, negociação política, financeira não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvirmos o próximo orador, gostaria de anunciar aos Srs. Deputados que, na sexta-feira, nós



convidamos a Deputada Ann Pontes para fazer um trabalho como se fosse uma Sub-Relatora de todos os processos, ajudando este Presidente. Ela já está ficando a par de todos os processos, quando, em havendo alguma dificuldade por parte dos Relatores, lógico, entrarão em contato comigo, ou com a Deputada Ann Pontes, ou com a Secretaria. Então, ela vai fazer um papel de coordenadora em todos os processos. Isso é muito importante, porque a Deputada não pôde ser Relatora na primeira fase por problemas de saúde, e agora ela vai participar juntamente com este Presidente nesse trabalho.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas pela oportunidade, quero dizer que na própria sexta-feira dei uma entrevista sobre a indicação da Deputada Ann Pontes, dizendo da minha alegria e da alegria de todos os membros deste Conselho, porque nós realmente necessitamos de alguém com capacidade técnica e jurídica e com preparo para nos auxiliar não só nas atividades de mérito, porque ela tem qualificação para isso, mas também nas atividades do dia-a-dia, quando o Relator está voltado para uma coisa mais específica, nos auxiliar também no sentido de, no aspecto burocrático, acionar todos os corpos da Secretaria e do Conselho de Ética.

Meus parabéns pela indicação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ela inclusive já está recebendo cópia de todos os processos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Parabéns, Deputada Ann Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, o próximo orador inscrito é o Deputado Orlando Fantazzini. Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente quero cumprimentar V.Exa. pela designação da Deputada Ann Pontes e, ao mesmo tempo, agradecer ao nosso colega Deputado Mário Negromonte a possibilidade de colaborar. Não foi possível no passado, em razão de uma virose, mas hoje está aqui.

Eu tenho algumas perguntas muito objetivas. Eu me recordo que o Deputado Pedro Corrêa afirmou que o partido — e V.Exa. disse que o partido é uma família —, quer dizer, todos os Deputados elegeram ou delegaram ao Deputado Pedro Corrêa,



Deputado Janene e Deputado Pedro Henry a responsabilidade de fazer a coordenação política e ao mesmo tempo também resolver essa questão financeira.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Financeira é o Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor confirma que os 3 ficaram imbuídos de fazer os contatos políticos, e o Janene iria correr atrás de recursos. Então isso o senhor confirma?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Confirmando.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Posteriormente, o Deputado Pedro Corrêa informa que o Deputado Janene informou ao conjunto dos membros do partido que havia conseguido os recursos com o PT. Quer dizer, todos os membros tiveram conhecimento?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Tiveram, sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor também afirma que sabia que o Sr. Genu é que ia buscar os recursos e trazia os recursos para o partido, valores não eram informados?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só a pessoa do Sr. Genu fazia esse papel.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Acho que nem ele próprio sabia também o valor que tinha no documento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quem não sabia?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O Genu.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ele também aqui informou que desconhecia. No depoimento dele, ele também afirmou isso.

O senhor também afirma que estava presente na reunião com o Deputado Sibá?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Com o Sibá, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ah, o senhor não estava.



O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Eu estava presente... Com o Sibá, não, com o Senador Sibá, não. Eu estava presente com o advogado Paulo Goyaz, quando ele fez uma exposição de motivos sobre a questão do processo do Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E, naquela oportunidade, não foi tocado em nenhum assunto financeiro?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Tratou-se dos débitos que estavam havendo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Está. Por que...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Mas não adentrou como seria, como estava sendo essa negociação com o PT. Apenas as pendengas que existiam com o advogado Paulo Goyaz.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas se tratou do aspecto financeiro do não-pagamento, do pagamento em atraso com ...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, até... Nem ele próprio, não é? Porque isso é até uma questão... Quando ele queria cobrar, ele fazia cartas desaforadas. Mas, nesse dia, não. Ele apenas se reservou a falar sobre a questão do processo jurídico do Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E na reunião com o Senador, então, o senhor não estava presente?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Eu não estava presente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor soube da reunião?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Tomei conhecimento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor saberia informar...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Assunto econômico-financeiro, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não, quem participou da reunião com o Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Acho que foi o Líder na época, que era o Pedro Henry, o Pedro Corrêa, que participou, e eu acho que o Deputado Ronivon. Eu acho que os 3.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não sabe...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - E o Nilson Mourão e o Senador Sibá.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não sabe o conteúdo da discussão toda?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O conteúdo, de que eu tomei conhecimento, foi a questão política.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O que foi informado, até.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - É.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Deputado Negromonte, Conselheiros e Conselheiras, ainda bem, Sr. Presidente, que V.Exa. tem a convicção de que a nossa Conselheira Ann Pontes não é mais convalescente. (*Risos.*) Está se apresentando hígida, estuante de saúde, em condições, então, de desenvolver esse trabalho que V.Exa., mui apropriadamente, lhe entregou.

Deputado Negromonte, nós somos companheiros da Casa já há 3 Legislaturas. Diria, em termos de universidade, que V.Exa. é meu calouro.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Sou mesmo.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Eu tinha chegado antes, por determinação de um colegiado eleitoral lá do meu Estado, que me deu a oportunidade de me aproximar dos bons, e V.Exa. é um deles.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - É claro, portanto, que neste exordiozinho muito coloquial, eu diria que não estamos aqui, principalmente na presença de um Deputado, de um colega com as qualidades de V.Exa., para buscar pegadinhas, para, através delas, sacrificar, de forma justificável, a vida parlamentar de alguns colegas que, infelizmente, estão presentes nas representações sob a nossa responsabilidade. É o seguinte: quando o Deputado José Dirceu, o ex-Deputado José Dirceu, veio depor aqui, através da sua roupagem de líder e



coordenador político do Governo, articulador das grandes ações e alianças para sustentação do Governo do Presidente Lula, eu pedi a ele que explicasse a mágica de algumas paralelas se tornarem tangentes no funcionamento dessa aliança, dessa construção governamental imposta no primeiro momento do seu Governo. Por exemplo, sobre esse Partido Progressista, que até há algum tempo era chamado o partido do Maluf, eu gostaria de uma explicação. Como é que ele se aproximou, com as suas diretrizes partidárias, as do PP, com as diretrizes partidárias do PT, imutáveis até o acasalamento dele neste Governo? Como isso teve condições de vida?

V.Exa. poderia explicar, ainda que, segundo me consta, V.Exa. não estivesse no Partido Progressista?

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Estava.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Se estava, então, V.Exa. há de satisfazer a curiosidade de alguns companheiros que se encontram aqui, sentados neste Conselho, e de muitos brasileiros que procuram a razão objetiva da natureza política: como é que foi possível essa mágica geométrica partidária?

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Engenharia. Um trabalho de engenharia química, não é?

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - É. Vamos dizer, porque a química tem nos salvado tanto ultimamente, principalmente os idosos, mas V.Exa. há de compreender — não levem a mal... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O problema são os ácidos.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, cometi algum delito que não possa ser fixado pala nossa Taquigrafia para os Anais deste Parlamento, tão sacrificado? Não. Por isso, eu gostaria, porque, de fato...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Está sendo muito “delubiano”, V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - *(Risos.)* De fato, há uma preocupação muito grande de que se explicasse isso. Por que estou perguntando? Porque, de forma coincidente, nós estamos vendo aqui o Pedro Henry, que é do seu partido; nós estamos vendo o Pedro Corrêa, que é do seu partido; estamos vendo Janene, que é do seu partido. Que coincidência misteriosa, miserável e maldita é esta de



eles estarem passeando aqui, em nosso meio, como representados e prestes, talvez, a perder uma vida parlamentar, construída com tanto sacrifício. V.Exa. poderia me...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O preço do apoio, não é? Está pagando o preço do apoio de que o senhor está falando aí e da inveja do Roberto Jefferson. Porque até agora não se provou nada contra os 4. Até agora não se provou nada contra os 4. Os 4 de que o senhor falou aí — Pedro Henry, Pedro Corrêa, Janene... Não tem, não tem batom na cueca, como diz a linguagem popular. Ninguém foi ao banco, ninguém sacou, não é isso? No nosso partido não tem... nenhum deles, nenhum parente nem familiar, nem irmão, certo? Ninguém sacou ou foi lá. Então, o que eu quero dizer a V.Exa. é o seguinte, respondendo a sua pergunta sobre a questão do PT e o PP, quero dizer a V.Exa., e vou tirar por mim, mas tem muitos deles: eu votei em Lula, em 94. Vim do PSDB, e nós fizemos uma aliança, na Bahia, com o Presidente Lula; e votei, de novo, agora. Votamos agora, novamente. Então, isso fez com que... Quer dizer, uma ala dentro do partido, que era a maioria — ouviu, Deputado Nelson Trad? Quer dizer, tem uns 10 ou 15, 10 Deputados oriundos do PSDB, que vieram do PSDB e faziam parte do PP, vieram do PSDB e entraram no PP, que formaram essa convicção. Votaram em Lula regionalmente, chegaram aqui e quiseram apoiá-lo, enfim, a questão mais... E outra coisa: nós fizemos uma mudança radical. Tiramos o Presidente, tiramos o Maluf da presidência do partido, tiramos ele do espaço da televisão. Enfim, tentamos fazer uma “limpagem”. É lógico que este é um momento de sofrimento. Para quem faz política com dignidade e honradez e que tem passado limpo, é lógico que a gente fica numa situação muito delicada. Quer dizer, a sociedade vai cobrar da gente, do político, daqui para a frente, que não passe cheque sem fundo, eu nunca passei; que não tenha duas mulheres, eu só tenho uma; que tenha reputação ilibada; que tenha passado; enfim, daqui para a frente a sociedade vai cobrar isso. De forma que diversos setores do partido tinham convicção de que era melhor para o País votar em Lula. E nós, quer dizer... e eu fazia parte dessa facção.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, o nosso Relator está, talvez, premido por compromissos outros. Vamos, então, é o que sugiro, salvo



melhor entendimento de V.Exa., começar a dar trabalho à Sub-Relatora, para justificar a nomeação e a indicação.

Fica a sugestão, Sr. Presidente.

Nobre Deputado Negromonte, V.Exa. entende como suposição isso tudo que está acontecendo, a partir do momento que o Deputado Roberto Jefferson fez aquela denúncia, publicada na *Folha de S.Paulo*?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não. Tem muita coisa provada.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - V.Exa. acredita que o Deputado Roberto Jefferson, naquele momento, falou a verdade?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não. O Deputado Roberto Jefferson... É praticamente o seguinte: foi descoberto. Se ele tivesse roubando a Nação, e ninguém tivesse descoberto, ele estava aí.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Está certo.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Então, descobriram o roubo, e ele colocou à baila tudo o que estava acontecendo. E umas coisas têm prova; outras, não. Eu acho que nós temos que aqui fazer uma análise. Eu acompanhei aqui a um depoimento de um padre que veio como testemunha... veio depor aqui como testemunha do Deputado João Magno... ele foi muito lúcido e corajoso AO dizer aqui no Conselho de Ética, o seguinte: *“Olha, vocês não têm que dar satisfação à imprensa e à sociedade, não; vocês têm que condenar quem for culpado e inocentar quem for inocente.”*

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - A defesa do Deputado Pedro Corrêa faz uma afirmação, aqui, que eu entendo de altíssima relevância para o desate desta representação. Em certo trecho, ele afirma: *“... pelo que sei, de conversa”* — colocando isso na boca do Roberto Jefferson — *“... pelo que sei, de conversa, quem distribuía isso, era o Valdemar, para a sua bancada. O Bispo Rodrigues, no início, que depois foi afastado dessa função, que ficou com o Sandro Mabel; o Pedro Henry, no ano passado, e este ano o Janene, que recebiam do Delúbio e distribuía. O nome de quem recebe, eu não sei”* — afirmação do Roberto Jefferson.

Em seguida, perguntado se Delúbio Soares entregava dinheiro mensalmente também ao Pedro Corrêa, o referido Deputado afirmou: *“Pedro Corrêa, não. Quando*



eu falei com ele, Delúbio Soares, no ano passado, ele me disse que os recursos eram transferidos para o Bispo Rodrigues, Valdemar Costa Neto e Pedro Henry. O Janene é recente. A conversa do Janene, ouço falar recentemente, porque ele é líder recente”.

V.Exa. acha que isso é, na realidade, uma acusação concreta contra aqueles que já foram julgados e aqueles que serão julgados ainda?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - É mentira isso.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Aqui?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - É mentira.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Mentira do Pedro Corrêa?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Mentira do Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não, não. Quem está utilizando...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não. O senhor falou, aí, do Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Quem está se utilizando dessa fala do Roberto é Pedro Corrêa, a seu favor. A favor dele, Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - É. Então, é mentira?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não. Eu pensei que fosse Roberto Jefferson. Eu pensei que o senhor estava dizendo que o Roberto Jefferson é quem estava falando.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não, não. Quem está falando a favor de si próprio...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É a defesa do Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - É a defesa do Pedro Corrêa. Portanto, é o Pedro Corrêa quem está falando. É mentira?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Repita aí, novamente.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - *“... pelo que sei, de conversa, quem distribuía isso, era o Valdemar, para a sua bancada. O Bispo Rodrigues, no início, que depois foi afastado dessa função, que ficou com o Sandro Mabel; o Pedro Henry no ano passado, e este ano o Janene, que recebiam do Delúbio e distribuían”.*



Este é o Roberto que está falando... e utilizando-se disto, a favor de si próprio, Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, peço desculpas, para colaborar. Eu creio que o Deputado Pedro Corrêa quer trazer, em seu favor, declarações do Jefferson.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - É isso.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Declarações do Jefferson.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, V.Exa. está correto para manifestar-se sobre as declarações do Jefferson.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - É isso que estou dizendo. O que o Roberto Jefferson está dizendo é mentira.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - É mentira. Então, fica consignado que é mentira... que o Roberto mentiu. Que não tem nada... o Sandro Mabel, o Pedro...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O Janene... viu, Deputado, o Janene é quem estava autorizado... o Janene é quem estava autorizado a ir em busca do recurso.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ah, sim. Mas sabe por que, Deputado?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O Janene é quem está, já disse aqui diversas vezes.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Veja V.Exa., a defesa aqui fala a favor. Pedro Corrêa não recebia, portanto é muito boa a declaração, mas é mentirosa.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, isso aí é verdade,

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ah! Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Deputado Nelson Trad, o que é mentira é a distribuição. *(Risos.)* Está certo? Isso aí é verdade, a distribuição do Janene é verdade. A outra é mentira, e essa é verdade, o senhor tentou confundir, mas...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, desculpe, o Deputado Nelson Trad estava com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputada Angela.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ficou, assim, um jogo de palavras entre o que é verdade e o que é mentira, que foi exatamente todo depoimento do Deputado Roberto Jefferson, ele falava algumas verdades, muitas mentiras, meias verdades e fazia essa confusão toda.

Volto a perguntar, em cima da pergunta do Deputado Nelson Trad: o Deputado Janene tinha sido autorizado pelo PP a ir buscar recursos?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor sabia se o PP tinha conhecimento de que ele pegava recursos?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Ele ia buscar recursos para pagar o advogado do Deputado Ronivon Santiago.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor tem conhecimento se os recursos que o Genu pegava eram repassados ao Janene?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Sim, foram 700 mil reais.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Os recursos que o Genu pegava eram repassados ao Janene?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, aí tinha um processo, quer dizer, levava na direção do partido, tinha funcionário lá e pagava o advogado Paulo Goyaz.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, o que o senhor fala que é verdade é que o Janene era autorizado a pegar recursos.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Quer dizer, era fazer os contatos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O repasse para os outros Deputados, o senhor refuta como mentira.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso não existe. Isso não existe. É o que o Deputado Nelson Trad quis dizer ali, mas isso não existe, nunca existiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Nelson Trad, encerrou?

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.



Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, para ser bem objetivo, Deputado Mário Negromonte, nobre colega, estou ansioso para que V.Exa. coloque à nossa disposição esses fatos relevantes, que creio estejam nessas pastas, nesse pacote que está aí ao seu lado. V.Exa. pode dizer, sumariamente, o conteúdo e passar para a Relatoria.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Já disse e já está à disposição.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Tratam daquele mesmo assunto? Das reuniões?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Das reuniões que antecediam as votações.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Existem outros fatos relevantes?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Acho que esse é muito mais relevante.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Outra pergunta, que talvez seja a última: V.Exa. e outros colegas de partido receberam contribuições do seu partido para sua campanha eleitoral?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nenhum dos colegas têm conhecimento que terá recebido?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Do partido, do PP?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, o PP não tem condição nenhuma.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E do PT?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Também não, que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E do Delúbio?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Também não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E das empresas do Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Também não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Edmar Moreira

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Conselheiros, imprensa aqui presente, pessoal da administração, meu nobre amigo Deputado Mário Negromonte, de quem já tive a honra de ser companheiro no PP — e, com certeza, deixei, senão unanimidade, mas muitos amigos por todas as bandas desta Casa por onde se passa.

Eu vou apenas usar um minuto, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: outro dia, até por uma questão de respeito, como é sempre o nosso comportamento neste Conselho, deixei de responder ao reverendíssimo Dom Lélis que esteve aqui presente, quando ele invocou e ponderou junto a este Conselho que deveríamos ter coragem tanto para absolver como para condenar. E hoje, quis o destino — e o nosso amigo Deputado Mário Negromonte nos lembrou isso. É sinal que esta Casa está atenta a tudo aquilo que se passa neste Conselho e, principalmente, pinça, tira conotação daquilo que interessa a cada um de per si, evidentemente. Aliás, cada um de per si é um baita pleonasma, mas fica registrado aqui o meu arrependimento eficaz. *(Risos.)*

Então, eu diria, Sr. Presidente, que este Conselho teve coragem, sim: nós arquivamos aqui 4 processos liminarmente, nós chegamos a absolver um representado por unanimidade. Agora, quanto ao fato de este Conselho não ter que dar satisfação à imprensa e à sociedade, eu também discordo, porque, acima de tudo, nós temos que dar satisfação à sociedade, e à imprensa também, porque elas estão absolutamente juntas — os componentes da imprensa fazem parte da sociedade.

Então, eu gostaria de fazer este reparo, que não me foi dada a oportunidade de fazer à época em que D. Lélis esteve aqui presente.

Mas, Sr. Relator, nós temos aqui um caso típico em que a mercadoria, o dinheiro foi direto do produtor ao consumidor, quer dizer: Delúbio—Dr. Paulo Goyaz. Eu entendo — V.Exa. é que vai entrar no mérito disso, evidentemente — que o PP foi apenas uma caixa de passagem. O Deputado Ronivon Santiago precisava do dinheiro para pagar os honorários advocatícios, o PP conseguiu esse dinheiro e, ato



contínuo, o Delúbio fez o pagamento, e o PP repassou esse dinheiro ao Dr. Paulo Goyaz. Muito bem.

Mas a pergunta que eu tenho que fazer ao nobre Deputado Mário Negromonte é se ele tem conhecimento, como componente da bancada do PP e, agora, como então Líder do partido — parece-me que o senhor está na Liderança do partido nesta Casa —, se o senhor tem conhecimento de alguma outra ajuda em dinheiro para algum outro componente da bancada do PP, quer seja para saldar dívidas de honorários advocatícios ou para outro mister qualquer.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Obrigado, Sr. Presidente. Era esta a minha indagação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Conselheiros, boa-tarde.

Caro Deputado Negromonte, apenas para elucidar de vez aquilo que o senhor reputou como pegadinha do Deputado Nelson Trad — porque aí eu vou clarear; evidente que ficou uma confusão no início. O Deputado Nelson, sustentado na peça de defesa do Deputado Pedro Corrêa, fez uma menção a uma fala do ex-Deputado Roberto Jefferson, que o Deputado Pedro Corrêa utilizou porque essa fala o isenta como distribuidor do propalado mensalão.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Aí, eu concordo. Com essa fala eu concordo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor concorda com esse trecho?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Com esse trecho, eu concordo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Com base em que o senhor afirma que essa afirmação do Deputado Jefferson de que quem distribuía, pelo que ele sabe, era Valdemar para sua bancada, Bispo Rodrigues no início para a sua, Pedro Henry no ano passado e este ano o Janene, que recebiam do Delúbio e distribuía. Como é que o senhor pode afirmar que tudo isso é uma mentira, a partir do que, de que base?



O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Veja bem: eu acho que isso aí cabia... Ele quer atribuir aos Líderes. Se eu fosse Líder, na época, certamente eu seria o distribuidor, não é? Ele escolhia os Líderes, Presidente de partido, o Líder, enfim. Ele não podia sair atirando na bancada toda.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem a convicção firmada de que esse tipo de operação, batizada e conhecida hoje como mensalão não existia?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Nunca; na nossa bancada, nunca. Tenho convicção, até porque, já fizeram os cálculos aí, e seria inexecutável, quer dizer, como iam buscar isso no banco, em mala, enfim, já fizeram essa conjectura, esse prognóstico, enfim, de que era totalmente impossível. Como também até hoje não foi provada a questão do Vadão Gomes, não é? Disseram que tinha não sei quantos milhões e tal...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas houve saques sucessivos no Banco Rural, no BMG, para Parlamentares. Disso o senhor tem consciência?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Tenho. Os que foram lá pegaram, deram a identidade. Quer dizer, o Deputado Josias, da Bahia, que é meu companheiro, que é um grande Parlamentar e amigo, se ele soubesse que era uma coisa de má-fé, ilícito, ele iria pessoalmente e daria a identidade dele? Nunca! Jamais, jamais! Eu acho que a maior defesa dele é a verdade, ele contar a verdade.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, o senhor considera, por exemplo, no caso específico do PP e com o PT, esses 700 mil reais, que o senhor diz ter consciência...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Aconteceu.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor acha que o processamento disso foi inteiramente lícito, regular, normal?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Olha, ilícito, regular...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Na tradição das relações entre partidos?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Na medida em que nós sabíamos que ia ter recibo. Na medida em que nós sabemos que ia ter recibo, estava na nossa cabeça que era uma coisa natural, era uma coisa, vamos dizer... toda campanha... Quem aqui de vocês não recebeu ajuda de campanha e que não



está lá no TRE? Alguns sonegam, outros não, e depois tem que responder junto ao TRE, STF. Agora, o que leva a crer é o seguinte: recebemos ajuda de um partido, na época, que estava no auge, o rei da moralidade, o paladino da moralidade, da ética, e hoje está leproso. Os engenheiros de obra feita têm que condenar, lógico. Mas, naquela época, qualquer um receberia, porque nós sabíamos que era uma ajuda de campanha, ia ser contabilizado no partido, não era uma coisa ilícita, ia ser contabilizado e, realmente, aconteceu.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só para entender: era dinheiro de campanha ou uma ajuda para pagar os advogados do Deputado Ronivon?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Ajuda... não. Quando eu falo de campanha é o seguinte: na época da campanha... quer dizer, qual o Deputado que não recebe ajuda de campanha ou pague-se o bônus de empresa e tal? Raramente. Está aqui...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ Eu não.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O Marcelo está dizendo, porque não achou ainda quem repasse, mas se ele achar, ele passa o recibo ao doador e declara no TRE. É uma coisa normal. Ou não é normal?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, perfeitamente normal. Mas ainda, quanto a esses recursos, eles não foram utilizados em campanhas?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, não, não estou dizendo na campanha, estou dizendo que, na época, esse dinheiro, esse recurso, quer dizer, o Janene foi autorizado pela Executiva para ir em busca de ajuda, não só do PT, mas de qualquer empresa ou empresário, industrial, para que fosse contabilizado. Não foi contabilizado no nosso partido porque não tinha recibo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor me permite, Deputado Chico Alencar?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Deputado, V.Exa. é Deputado e advogado também: que tipo de recibo? Porque é muito comum, nas argumentações, que todos...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Doação. Doação.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas a doação não é... o recebedor que diz assim: *“Recebi a importância de tanto, tal, do Partido dos Trabalhadores, a título de colaboração”*? Quer dizer, quem teria que emitir o recibo era o PP, não era o PT, que fala assim: *“Estou emitindo um recibo de que estou entregando o dinheiro”*.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Está bom, vou orientar, Deputado Orlando, o partido a fazer isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pois não. Como?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O que o senhor está sugerindo. Vou orientar o PP a fazer isso: *“Recebi do PT”*. E o PT vai negar? Claro, negou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - À época, não foi feito o recibo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, não, porque negou. Depois, nós viemos a saber... a origem, quem era a origem.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, vocês não emitiram sequer o recibo?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Sim, nós não emitimos porque fomos conversar, para saber como seria o procedimento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, receberam o dinheiro, emitiram o recibo, o PT falou: *“Não aceito o recibo de que estou dando o dinheiro para vocês”*. Aí, vocês...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso vem depois. Vem depois. Depois que ele doou, disse: *“Não, vamos fazer agora a contabilidade”*. Isso vai ser difícil.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Esses 700 mil foram em espécie?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Em espécie.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E não causou espécie? Porque é uma soma vigorosa, se tem temor até de se andar com isso.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Tem Deputados aqui que receberam na campanha esse volume ou mais de doação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como? Recebeu...?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Tem Deputados que receberam esse valor de doação, na época da campanha.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas eu estou falando da forma, porque, em espécie, o que a gente chama de dinheiro vivo, realmente leva normalmente a uma preocupação, até quanto à origem. Não houve na época, não é isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, Deputado...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Até porque era o PT que estava passando.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois é, mas nós...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Era o PT, Deputado Chico. E o senhor era do PT. Então, o PT fazia chover de manhã, de tarde e de noite.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só que nós estávamos lá debaixo do sol quente e não sabíamos que estava chovendo tanto na horta dos outros.

Bom, por fim, Deputado, nós somos o Poder mais controlado pela sociedade, o mais cobrado também, às vezes mais injustiçado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Mais exposto...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mais exposto.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - ... do que o próprio Judiciário.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí, em nome do bom trabalhado deste Conselho, uma matéria de ampla divulgação no *Correio Brasiliense*, de sexta-feira, dá conta de que o senhor, na verdade, em função da sua gripe, até poderia vir aqui e prestar esses esclarecimentos — como o senhor, cumprindo o seu dever de Parlamentar e cidadão, faz hoje —, mas que não veio porque ficou irritado, pois estaria havendo uma manobra para prorrogar o processo do Deputado Brant a fim de que ele não fosse o primeiro da fila a ser executado. Eu considero que isso tudo é um equívoco. Temos de examinar cada processo e o Plenário tem que ter racionalidade e não agir pela emoção ou por uma mera satisfação de algum clamor. E ficou muito destacado: "*Irritação foi o motivo para a falta*".

Queria que o senhor esclarecesse se essa matéria procede, se isso está superado, ou se o senhor continua achando que há aqui um processo de manipulação e que, por isso, se recusou a vir. E nem assim foi possível, porque, na verdade, tanto o Deputado Brant como os seus advogados, não foram encontrados



a tempo — não sei se já foi modificado — e, de qualquer forma, pelo menos aqui no Conselho, o primeiro processo disciplinar a ser relatado e debatido será do Deputado ex-Bispo Wanderval Santos. Mas, queria que V.Exa. esclarecesse aqui para o Conselho essa questão que nos expôs a todos.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Claro, Deputado. Depois que a jornalista falou comigo, eu piorei da gripe. Piorei muito e tive que tomar remédio, ir ao médico e tudo mais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ela estava doente também e trouxe novos bacilos para o senhor pelo telefone?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Na realidade, eu era para ter chegado aqui no sábado e cheguei no domingo. Não viajei no sábado porque piorei mesmo. E eu não sou de tomar remédio. É difícil eu ter uma gripe ou dor de cabeça. Sou uma pessoa muito saudável. Na realidade, o episódio está superado. Eu não queria adentrar a esse problema. Já me entendi com o Presidente do Conselho de Ética. Está superado, e acho que não convém e não contribui em nada adentrarmos a esse problema. O Deputado Ricardo Izar é meu amigo, meu companheiro. Houve equívocos, e eu peço vênia a V.Exa. para que deixemos isso para lá. O importante é que estou aqui e à disposição deste Conselho.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, apenas uma ponderação sobre o que o Deputado Chico perguntou. A não ser que seja um segredo de Estado, eu gostaria que o senhor expusesse para este Conselho o teor da conversa, porque, realmente, houve essa acusação contra a direção do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, quando saiu essa nota no *Correio Braziliense* eu fiquei também indignado. Liguei para Deputado Negromonte, e ele se justificou. Agora, a bem da verdade — e fiz questão que se esclarecesse definitivamente isso —, não cabe ao Presidente e nem a nenhum membro do Conselho decidir quem vai na frente. O Relator terminou o processo, ele será lido, discutido e votado aqui. O primeiro que está marcado para ser lido, discutido e votado aqui, e apresentado pelo Relator, vai ser o do Wanderval Santos. O segundo eu não sei ainda, mas já estão marcados para quinta-feira os dos Deputado Nelson Trad e Roberto Brant, que já foram notificados hoje. E assim por



diante. O terceiro — eu estou dependendo do Relator marcar a data — é o do Deputado Professor Luizinho. E o quarto será o do Deputado Pedro Corrêa. Inclusive o terceiro e o quarto ainda não estão definidos. Não definimos ainda a data. Se o Relator do Pedro Corrêa resolver ler antes do Professor Luizinho, que não foi marcado ainda, poderá fazê-lo também. Então, não cabe a este Presidente marcar a data. Eu dependo do trabalho dos Relatores. Quando o Relator terminar, encerrar a instrução probatória, e pedirem para marcar a data, nós, então, vamos pegar a nossa agenda e, juntamente com os Relatores, eu marco a data. É isso o que está acontecendo.

Eu expliquei ao Deputado Negromonte e ao Deputado Pedro Corrêa, que também estava revoltado, dizendo que eu queria colocar o processo do Deputado Pedro Corrêa na frente. De forma alguma. Esta Presidência atende aos Relatores. Terminado o processo, será discutida a matéria e, uma vez votada aqui, será mandada à Mesa da Câmara. Foi essa a explicação.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - E eu aceitei as explicações e acho que o episódio está superado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, o próximo inscrito é o Deputado Marcelo Ortiz; posteriormente, a Deputada Ann Pontes.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Mário Negromonte... o advogado está presente... A primeira pergunta. Já se falou bastante aqui das reuniões que V.Exa. teve com os demais, que o partido ficou disciplinado, que a solução financeira seria obtida pelo Deputado José Janene só para resolver o caso do Ronivon ou outros problemas do partido, como V.Exa. mesmo...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Só o caso do Ronivon.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Só o caso do Ronivon. Ele não tinha autorização para mais nada referente à problema financeiro do partido?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Só o caso do Ronivon.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Só o caso do Ronivon. V.Exa. sabe, e é por demais sabido na Casa, que há uma informação inclusive na CPI dos Correios de que o Sr. Genu teria recebido mais de 4 milhões de reais. Diz ele que pegava o dinheiro, mas não sabia quanto, o que é um negócio um tanto quanto



estranho, mas... E desse valor, então, se correto, chegaram apenas 700 mil no partido para pagamento do advogado Paulo Goyaz. É isso?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Olhe, dos 4 milhões ninguém tem conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não. Então através do financeiro Janene, só chegaram 700 mil reais no partido?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Nós temos conhecimento de 700 mil.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Setecentos mil. Ocorre que o advogado Paulo Goyaz esteve aqui e informou que recebeu mais de 900 mil reais, que ele inclusive pagou 264 mil reais de Imposto de Renda, e não 700 mil reais.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - De onde teria vindo essa diferença? V.Exa. sabe?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Então, vamos separar, Deputado Marcelo Ortiz. O que o Deputado Janene conseguiu com o Sr. Delúbio foi 700 mil, com o restante foi o partido que arcou.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Foi o partido o quê?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Arcou com as despesas.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Então, 700 mil reais o Deputado José Janene conseguiu, e o restante o partido arcou. E onde o Deputado José Janene conseguiu o dinheiro, V.Exa. sabe?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Os 700 mil?

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Isso.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O senhor não sabe?

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Estou perguntando a V.Exa., V.Exa. está depondo.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Está bom. Foram duas de 300 e uma de 100 que o Genu foi buscar no Banco Rural, não é isso? Dois de 300 e um de 100 foi no hotel; dois de 300 no Banco Rural.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E esses valores todos foram sacados em dinheiro, contados?



O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Esses detalhes, Deputado, não posso revelar.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não sabe.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não sabe ou não pode revelar?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não sabe. Uma outra pergunta. V.Exa., na informação que deu — e lamentamos muito aqui obviamente que V.Exa. estivesse adoentado —, disse que gostaria de estar presente, como está hoje, e que tinha fatos relevantes a nos informar. E chegou aqui e nos informou esses fatos que estão sobre a mesa, retratados em apontamentos feitos durante as reuniões. São atas, não é?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E está apresentando como a motivação relevante, inclusive para comprovar que não houve nada daquilo que é alegado contra os Deputados do PP.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Ou seja, as votações nós discutíamos antes.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim, para comprovar os fatos todos e tal. São atas.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Exatamente. Atas.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A minha pergunta é a seguinte, essas atas foram registradas em cartório de registro de títulos e documentos, registradas na Justiça Eleitoral ou coisa parecida?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não têm registro?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, foram degravadas aqui, na Câmara. A reunião geralmente acontecia na Sala das Comissões.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim, mas é só da bancada?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Só da bancada.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E a Câmara tem essas...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Certamente, tem tudo aqui.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, a Câmara tem essas gravações?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Deve ter.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - V.Exa. disse que esteve presente quando o Sr. Paulo Goyaz, juntamente com outros Deputados — e V.Exa. citou o Deputado Janene, o Deputado Pedro Henry e outros — discutiram o quanto a ser pago ao advogado no trabalho que ele desenvolveria...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Ele não disse nada?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Com o Deputado Paulo Goyaz, não. O Deputado Paulo Goyaz veio fazer o... O advogado Paulo Goyaz veio fazer uma exposição de motivos sobre a questão do caso do Deputado Ronivon.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E, neste momento, ele não disse nada a respeito de valor, ele se limitou a esse ponto.

Muito bem, estou satisfeito. Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, a seguir, a Deputada Ann Pontes. É a última inscrita.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente.

Aproveito a oportunidade para agradecer a V.Exa. a designação feita no sentido de poder acompanhar os trabalhos mais de perto desta Comissão, que, além de ajudar no meu convencimento... Gostaria de poder ajudar na agilização e na conclusão dos nossos trabalhos.

É com muita responsabilidade que aceito e recebo mais essa atribuição.

Relator, Deputado, Sras. e Srs. Conselheiros, de forma bastante objetiva, até em função de que muitos já perquiriram V.Exa., mas apenas para que fique a título de registro: V.Exa., Deputado Negromonte, reafirma que os valores recebidos pelo PP, por intermédio do PT, foram única e exclusivamente para o pagamento de trabalhos advocatícios na defesa judicial do Deputado Ronivon Santiago?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. poderia nos informar se houve alguma contrapartida em função do recebimento desses valores por parte do PP em relação ao PT?



O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Contrapartida...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O PT repassa 700 mil, na informação dada a este Conselho por V.Exa., ao PP. Qual foi a contrapartida do partido de V.Exa. para receber esses 700 mil, valor que...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Nenhuma.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - ... não tinha, para ajudar no pagamento do advogado de um Deputado da sua...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Que eu saiba, nenhuma.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - ... de vossa agremiação. Qual foi a contrapartida?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Que eu saiba, nenhuma. Enfim, que foi feito acordo: então eu vou dar os 700 mil e você faça isso, e isso, e isso. Não tenho conhecimento disso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então foi uma doação pura e simples...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Uma doação.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não havia o compromisso de...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - ... ser reembolsado esse dinheiro e nenhuma contrapartida...

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - ... com relação à votação aqui, na Casa.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Não, de jeito algum.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - E, para concluir, Deputado, que elementos de convicção V.Exa. tem para assegurar que esses recursos recebidos tinham origem lícita?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Era o PT, era o tesoureiro do partido, o partido do Presidente da República. Quem podia questionar, naquele momento, em que não existia crise? Quer dizer, qualquer cidadão, numa doação, qualquer Presidente de partido, iria, como foi a esposa do Deputado João Paulo... O Deputado Josias Gomes foi lá pessoalmente, ele achava que o tesoureiro do partido estava preparando uma armadilha para ele? Será que ele achava isso? Da mesma



forma, nós, de boa-fé, também aceitamos, porque achamos que seria de forma lícita e que, no futuro, o recibo ou o doador iria se identificar.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. poderia nos precisar quem assegurou essa questão do recibo, de que haveria, no futuro, a questão do repasse desses recibos?

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - Olha, a tratativa era com o Deputado Janene e o Sr. Delúbio.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. não saberia nos precisar quem teria passado essa informação.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - O Delúbio e o Deputado Janene... O Janene tinha o pressentimento de que o Sr. Delúbio iria identificar a origem do dinheiro.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Está certo.

Muito obrigada, Sr. Presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, encerradas as inscrições, com a palavra o Relator, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, ilustre depoente, Deputado Negromonte, gostaria de agradecer, mais uma vez, a V.Exa. pela contribuição e de dizer, aos membros deste Conselho que, em razão de todas as provas produzidas, todos os depoimentos colhidos, eu já tinha condições de elaborar o relatório e de externar meu voto na semana passada, se tivesse sido ouvido o Deputado Negromonte na quarta-feira. Mas isso não foi possível. Isso aconteceu na data de hoje.

Eu acho, como disse ao próprio Deputado Negromonte, que elementos foram trazidos hoje, mas elementos que não inovam o contesto probatório, na visão deste Relator. Portanto, eu gostaria, neste momento, de dar por encerrada a instrução probatória e comunicar ao Sr. Presidente que ainda hoje, antes das 19h, entregarei o relatório e o meu voto ao Conselho de Ética e que, em razão da minha viagem, solicitei ao Deputado Gustavo Fruet, que é membro deste Conselho e do PSDB, que promova a leitura do mesmo. Já o inteirei do assunto e S.Exa. se prontificou a fazê-lo. Sendo possível, devido à pauta deste Conselho, S.Exa. terá condições de fazê-lo inclusive amanhã, se for o caso, na quarta-feira ou na quinta-feira. Dependo,



evidentemente, da pauta de V.Exa., mas acho que não há necessidade de aguardar o meu retorno, até porque o próprio Deputado, a sociedade e este Relator, todos têm interesse em que essa questão se finalize.

Não há nenhuma objeção de natureza legal ou infralegal, ou seja, na nossa resolução. Nada obsta que a leitura seja feita por outro Parlamentar do mesmo partido. Por essa razão, entendo que, para agilizar essa questão que nos coube relatar e para que os outros Parlamentares possam levar adiante os seus casos também, entregarei hoje o relatório e o meu voto, até as 19h, no Conselho de Ética.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, só um esclarecimento. Quem designa o Relator substituto é o próprio Relator ou o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Neste caso, Deputada, o Relator poderá escolher alguém do seu partido, inclusive um membro titular.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, apenas para...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Eu gostaria de saber qual é o artigo do Regulamento que estabelece essa situação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se me permite, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Veja bem, o nosso nobre Relator não está nem substabelecendo nem delegando. Ele fez o relatório e o voto. Apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ele já fez. Inclusive, eu posso escolher qualquer membro do Conselho. Até por questões éticas, achei melhor ele escolher.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se V.Exa. me permitir.

Na verdade, a preocupação da Deputada Angela Guadagnin é oportuna. Quando eu disse que escolhi o Deputado Gustavo Fruet para lê-lo, evidentemente o pressuposto para isso é que o Presidente o designe para fazer a leitura no ato, no dia. Portanto, é tão-somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Inclusive, no dia, eu posso escolher qualquer um dos Deputados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E digo até as 19h — são 16h55min — porque há elementos de hoje que gostaria de incluir no voto e também no



relatório. Daí o porquê dessas 2 horas: para que eu possa confeccionar, ao final, o voto e o relatório.

Era isso, Sr. Presidente.

Ah, mais uma solicitação. Infelizmente, o Dr. Marcelo Leal não se faz presente nem o Dr. Eduardo Ferrão, mas gostaria que ambos fossem notificados, para que comparecessem na data da leitura, data essa a ser designada por V.Exa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar V.Exa. por ter acatado a sugestão do Relator, até porque, muitas vezes, nós, Relatores, trocamos idéias com maior freqüência com um ou com outro. Então, quando o Deputado Carlos Sampaio sugere o nome do Deputado Gustavo Fruet, tenho convicção de que o faz em razão desse contato, dessa proximidade. Quero aqui enaltecer a posição de V.Exa.

Por outro lado, eu gostaria, inclusive, que já saísse notificado, porque não me recordo de o advogado ter manifestado que se retiraria. Portanto, ele está presente, para os efeitos legais, sem que haja qualquer tipo de prejuízo de uma outra notificação. Porque, se o Conselho não adotar procedimento dessa natureza, vai virar moda os advogados dos representados aparecerem no início da sessão e irem embora. E depois surgirão com alegações.

Então, uma vez que não houve nenhum tipo de manifestação, que seja designada já a data, que saia intimado e sem prejuízo de fazer a notificação também do Deputado Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - O Conselho tem presa, como demonstrou agora o Relator Carlos Sampaio, cujo relatório e voto estão prontos. Independiam até da presença da testemunha Mário Negromonte.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Benedito de Lira, V.Exa. me permite um aparte? Porque eu acabei de dizer que eu precisava de mais...



O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - V.Exa. fala quando quer e na hora que quer.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu pedi um aparte. Se V.Exa. não puder conceder, basta dizer que não concede o aparte. Pronto.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - V.Exa. me permita só concluir o raciocínio, até porque é preciso que tenhamos paciência.

A informação que foi dada aqui pelo Deputado Fantazzini está criando moda no Conselho. Essa história de dizer que se subentende que os advogados e o representado — não é o fato do Pedro Corrêa, não; qualquer um... É preciso que nós tenhamos a paciência necessária, o equilíbrio e a temperança para evitar criar moda no Conselho, para depois não se dizer que isso é uma moda para hoje ou para amanhã.

O que diz o Regulamento? Que, concluída a instrução processual, com a entrega do relatório e do voto do Relator, serão notificadas as partes — o advogado e o representado. Após a notificação, V.Exa. designará o dia... Das 5 sessões. Pelo menos, até agora, apesar de já ter um outro entendimento de que não precisa de nenhuma, basta agora, não tem problema algum.

A minha preocupação, Sr. Presidente, é que nós já tivemos demandas aqui no processo do Deputado Júlio Delgado. O Conselho tomava uma decisão de manhã e, de tarde, o Supremo mandava desmanchar; o Conselho tomava uma decisão amanhã, e meia hora depois o Supremo mandava refazer. Então, é preciso ter calma.

Acho que terá que ser notificado. Não é a informação — se é que eu entendi assim — do Deputado Orlando Fantazzini. O representante estava presente e saiu para não ser notificado. Então, subentende-se que ele está notificado. Não é assim. Devemos ter o cuidado de não atropelar as coisas, principalmente neste momento de chegada, de afunilamento, 4, 5, 6, 8, 10, 11 processos prontos. É preciso seguir a regra.

Então, essa era a observação que eu desejava fazer, para evitar que amanhã estejamos aqui novamente num confronto. O Deputado faz manifestações; o Poder Judiciário toma decisões; e, aqui, temos de dizer que não aceitamos a intervenção, a interferência, a ação de outro Poder na Casa, principalmente no Conselho de Ética.



Há tempo para tudo. Equilíbrio é necessário. Com açodamento não chegamos a lugar nenhum.

Essa era a observação. Desculpe-me, Deputado, mas eu precisava concluir meu raciocínio, porque V.Exa. tem agilidade muito maior do que a minha no seu raciocínio. Então, eu precisava não deixar que V.Exa. me interrompesse, senão eu perderia o andar da carruagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Benedito de Lira, primeiro saiba V.Exa que eu tenho o mais profundo respeito pelo seu posicionamento e pelas suas intervenções.

Só quis fazer uma correção no sentido de dizer que pouco importava a este Relator o depoimento de hoje. Não, não é fato isso, tanto é que pedi essas 2 horas para que pudesse incluir elementos novos que vieram, mas que são elementos que não alteram a convicção deste Relator.

Então, não se trata de açodamento, não se trata de meter os pés pelas mãos; ao contrário, é uma preocupação sadia de fazer incluir no meu relatório e no voto elementos desta reunião que tivemos, sem que, contudo, isso altere a convicção em razão de, no entender deste Parlamentar Relator, nenhum fato inovador ter sido trazido à baila na data de hoje.

Em segundo lugar, quando o Deputado Fantazzini coloca que ele não avisou que saiu e, portanto, deve ser dado por intimado, eu entendo a colocação do Deputado Fantazzini muito mais como um oportuno alerta, um sadio alerta. Em que sentido? No sentido de que doravante talvez façamos consignar e façamos a indagação ao advogado se ele permanecerá durante toda a audiência — e ele tem o direito de sair a qualquer momento. Registre-se isso desde já. Mas se ele puder ter essa cortesia para com a Mesa...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Até para não ser citado, não é?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É. Ele tem todo esse direito. Inclusive lhe é assegurado pelo próprio Estatuto da OAB. Mas, por uma questão de cortesia para com este Conselho, que ele pudesse comunicar quando for se ausentar...



Isso não quer dizer que ele, comunicando, será notificado antes de sair. Por que isso não acontece? Porque é necessário que se finde a instrução, que eu a dê por encerrada. Portanto, mesmo que ele sáísse naquele horário e comunicasse, ele não se daria por intimado, porque o requisito básico para que ele seja intimado é que eu conclua e finalize a instrução.

São, portanto, preocupações saudáveis, mas o alerta também é oportuno. E nós não vamos fazer nenhum tipo de açodamento, tenho a mais absoluta convicção, Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro e, posteriormente, o Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Para colaborar, Sr. Presidente, creio que o profissional, o advogado, é uma pessoa idônea, responsável e que não se evadiu para evitar o recebimento da notificação. Creio que hoje mesmo, sendo expedida esta comunicação, ele dará o seu ciente.

Além disso, eu busquei informações: o nobre Deputado Pedro Corrêa encontra-se na Casa, com o registro da sua presença no painel da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Minha palavra é desnecessária, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Apenas neste momento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só para encerrar, Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Carlos Sampaio pegou o espírito: eu acho lamentável qualquer profissional... Aqui pode não ser um Tribunal do Judiciário, mas é um tribunal, e o comportamento de qualquer advogado deveria ser, no mínimo, o de comunicar à Presidência deste Conselho que se ausentaria.

Então, na pior das hipóteses, foi uma postura deselegante em relação a este Conselho.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Agora eu peço a palavra, Deputado.
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu queria evitar isso.

Queria lembrar ao colega Deputado e advogado que, se houve alguma irresponsabilidade ou alguma deselegância do advogado que se retirou, ele vai responder por isso. O que pode ocorrer aqui é ele não poder alegar mais tarde qualquer nulidade, porque ele não estava presente.

Agora, de forma nenhuma nós podemos deixar de intimá-lo. Ele vai ter que ser intimado. Não se trata nem de notificação. Desculpe-me a correção, mas a expressão é intimação, que é a intimação do ato realizado e a notificação do a realizar.

Então, é uma posição dele. É uma posição dele. Ele vai responder para o cliente se agiu bem, se não agiu bem, se agiu mal. E eu acho que nós não devemos tomar isso, para o Conselho, como uma deselegância dele. Ele deve ter entendido que não era mais necessário ficar aqui para a defesa do cliente e vai responder lá, para o cliente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, então está declarada encerrada a instrução probatória do processo do Deputado Pedro Corrêa, mas esta Presidência levará uma intimação ao Deputado ainda hoje ou amanhã, não há problema.

Aguardo a comunicação do Deputado Pedro Canedo no processo do Deputado Professor Luizinho.

Gostaria, antes de encerrar...

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Pedro Canedo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Conselheiros, na última quinta-feira, eu comuniquei a V.Exa. o encerramento da instrução probatória do processo do Deputado Professor Luizinho e disse que não marcaria a data da leitura do relatório e da leitura do meu voto até que tomasse conhecimento da notificação do Deputado Professor Luizinho.



Fiz questão, inclusive, Sr. Presidente, de dizer isso para toda a imprensa, que me consultou por que eu estava tomando essa atitude. E expliquei exatamente que era para não ter de remarcar, adiar.

Porque eu poderia, tendo terminado a instrução probatória na quinta-feira, fazer como o Deputado Chico Alencar: marcar já para a próxima terça-feira, ou seja, amanhã, a leitura do relatório do Deputado Professor Luizinho. Acontece que, se ele não tivesse sido notificado, teríamos que adiar esta leitura, o que traria mais complicação.

Quero informar a V.Exa., Presidente, e a este Conselho que, tão logo seja notificado o Deputado Professor Luizinho, eu comunicarei imediatamente a data e colocarei à disposição a hora da leitura do relatório.

Agora, não satisfarei os carrascos de plantão. Gostaria de dizer isso. Não vou apressar. Os carrascos de plantão que tenham paciência, porque, no momento adequado, apresentarei e lerei meu relatório.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nobre Relator, V.Exa. sabe que existe um prazo no qual V.Exa. terá de apresentar o relatório e o parecer.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeitamente. Esse prazo é de até 5 sessões. Certamente expirará na sexta-feira. Mas eu tenho até este prazo para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu quero lembrar a todos que esta Presidência só pode notificar o Deputado com data certa. Caso contrário, não há possibilidade.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Então, Sr. Presidente, o senhor pode notificar o Deputado Professor Luizinho. Se não me engano, amanhã temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Esta semana não temos mais espaço, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Criaremos um espaço, porque temos o problema das 5 sessões.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, nós não podemos ultrapassar o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. encerrou...

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Encerrei na quinta-feira. O prazo começa a contar hoje, que nós teremos sessões deliberativas, se a sessão de hoje



for considerada sessão ordinária, válida. Então, eu terei que apresentar até a próxima sexta-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Até a próxima sexta-feira.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Então, eu quero apresentar...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Esta semana.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então nós temos de marcar essa reunião até a próxima sexta-feira.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Perfeito. Pode notificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu tenho uma data... Bem, eu conversei com V.Exa. Ou quinta ou sexta-feira.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Ou quinta ou sexta-feira. Para mim, Sr. Presidente, está excelente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Porque na quinta-feira já tem o do Deputado Nelson Trad. Então, nós podemos fazer talvez os 2 na quinta-feira ou na sexta-feira de manhã.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Os 2 na quinta-feira. Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, eu tenho um grande respeito e amizade pelo nobre Deputado Pedro Canedo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvi-los, eu dispensei o Deputado Mário Negromonte.

Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, o meu amigo — me permita — Deputado Pedro Canedo se referiu a carrascos de plantão. Seria bom que o Deputado nomeasse se se refere ao Conselho ou a vozes de fora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Deputado Pedro, eu já sei a sua resposta, porque eu o conheço, mas estão fazendo tantas acusações ao Conselho que, carrascos de plantão, eu não sei onde está sendo tirado esse plantão.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Não é com V.Exa., não, nobre Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu estou pedindo esta questão de ordem porque consultei a Secretaria, e o Deputado Robson Tuma foi notificado uma vez, depois foi reiterada a notificação, e eu compareci a uma reunião do Conselho pedindo a desistência da oitiva. E aí foi sugerida mais uma que é agora a terceira, a pedido do Conselho — não meu, porque eu já queria desistir. E o Deputado Janene até agora não foi notificado em razão do problema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, ele já foi notificado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Como testemunha, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Como testemunha, não, em razão do problema disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, só para deixar claro, porque o Deputado Benedito de Lira fez menção aqui de que já por 3, 4, um monte de vezes foi intimado, ou seja, eu não desisto, enfim. Então, para deixar clara a informação para o Deputado Benedito de Lira de que o Deputado Janene nenhuma vez foi notificado ainda pelo Conselho — e não depende deste Relator a notificação — para prestar depoimento. E o Deputado Robson Tuma está sendo notificado agora pela terceira vez, e na segunda eu já queria desistir, e o próprio Conselho não acatou, porque o Deputado Robson Tuma sugeriu dialogar com o Conselho numa reunião administrativa, que é o que está sendo feito.

Então, este Relator não está enrolando, como se pretendeu deixar entender. Nós estamos cumprindo estritamente os prazos e os procedimentos habituais do Conselho de Ética.



O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, só para fazer uma correção aqui com relação à última palavra do Deputado Fantazzini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Eu tenho muito respeito pelo Deputado. Além de ter respeito por S.Exa. como cidadão e como Parlamentar, tenho mais ainda como membro deste Conselho. Em nenhum momento eu tive qualquer pretensão de dizer que está enrolando. Além de não ser da sua formação, muito menos da minha. Eu apenas disse, e vou repetir, que mais de 1 vez, ou 2 vezes ou 3 vezes, algumas testemunhas do processo de que S.Exa. é Relator foram citadas. Isso aí eu disse. Agora, que está procrastinando, ou participando, não.

Quero que V.Exa. fique com absoluta tranqüilidade de que meu respeito por V.Exa. é muito grande. E, mesmo se não o tivesse, não usaria essa expressão para com um colega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, farei um pedido de esclarecimento e uma comunicação.

Começo pela segunda. Estou encaminhando à Presidência, à Secretaria do Conselho, o relatório, o parecer e o voto do processo da Representação nº 55, Processo nº 18, de 2005, em que o representado é o Deputado Wanderval Santos, que me coube a tarefa de relatar.

Então, está aqui. Faço encaminhar, e V.Exa. providenciará as cópias para os demais membros do Conselho.

E confirmo para amanhã a leitura e a discussão, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela oportunidade, Deputado, gostaria de lembrar a todos os membros do Conselho que amanhã, às 10h, teremos o depoimento do Deputado José Mentor, representado no Processo nº 11, de 2005, cujo Relator é o Deputado Edmar Moreira; e que às 14h haverá leitura do parecer do Relator Deputado Chico Alencar no processo disciplinar instalado contra o Deputado Wanderval Santos. Amanhã, teremos a leitura e a votação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, com relação à informação, não entendi bem. No caso do processo do Deputado Professor Luizinho,



o Deputado Pedro Canedo nos comunicou na quinta-feira, creio eu, que tinha encerrado a instrução probatória. Não se conseguiu notificar o Deputado e os seus advogados até hoje? Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É que nós não marcamos a data, Deputado. Não foi marcada a data do processo da leitura e votação. Hoje eu vou me reunir com o Relator e escolher a data. Nós temos de escolher até sexta-feira. Temos de achar uma data até sexta-feira.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Na quinta-feira já tem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quinta-feira, nós temos o do Deputado Roberto Brant.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela manhã ou à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós podemos fazer os 2 na quinta-feira, um pela manhã outro à tarde.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu entendi. A notificação não é comunicada publicamente acompanhada da data para evitar qualquer problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exato.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas a notificação não foi feita, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por falta de data.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... por dificuldade nossa de definir a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente. Só por causa disso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Exclusivamente do Conselho. Isso será feito, portanto, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Hoje ainda.

Então, Srs. Deputados, não havendo mais nada a discutir, relembro a todos que amanhã, às 10h, teremos o depoimento do Deputado José Mentor, com o Deputado Edmar Moreira como Relator, e, às 14h, a leitura e votação do parecer do Relator, Deputado Chico Alencar, no processo instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

Está encerrada a reunião.